



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLÁVIO ARNS

Comissão de Educação, Cultura e Esporte
Resumo da Audiência Pública de 5 de junho de 2023
Ciclo de Debates sobre o Plano Nacional de Educação
Quarta Audiência Pública do RQ nº 21, de 2023¹

Presidida pelo Senador Flávio Arns

Tema: Discutir estratégias e diretrizes que devem nortear a elaboração do novo Plano Nacional de Educação (PNE), com enfoque no eixo temático "Educação Especial e Educação Bilíngue de Surdos no novo PNE: nada sobre nós, sem nós". Data: 05/06/2023

Flaviane Reis, diretora de Políticas Educacionais e Linguísticas da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis)

Principais tópicos abordados pela convidada:

- ✓ Desde o Congresso Ibero-americano que aconteceu em 1999 a Feneis vem lutando sobre o tema da educação bilíngue de surdos e hoje temos 87 doutores e 190 mestres surdos, além de pesquisadores e educadores surdos no Brasil;
- ✓ A escola bilíngue é reconhecida no PNE, na estratégia 4.7, que garante classes bilíngues. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) também, por meio da Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021;
- ✓ As demandas são três: de todas as pessoas com deficiência, de cada grupo das pessoas com deficiência e o caso específico das pessoas surdas, com compromisso com todas as pessoas com deficiência para “desatar esses nós”;
- ✓ É preciso ouvir cada pessoa com deficiência para ver como cada uma estude e aprende melhor;
- ✓ As crianças surdas têm aprendido muito melhor dentro de escolas bilíngues, com acompanhamento de professores bilíngues e com a língua de instrução sendo a Libras, com interação dentro da escola;
- ✓ Os surdos oralizados devem ser atendidos também, com respeito às diferentes perspectivas;

¹ Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/reuniao?0&reuniao=11438&codcol=47>



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador FLÁVIO ARNS

- ✓ Quando nós falamos em educação bilíngue de surdos, nós estamos falando em inclusão também, numa perspectiva em que eles vão se desenvolver, e não é só desenvolver aprendendo Libras, é muito mais que isso. Os surdos querem aprender o conhecimento nas diversas áreas;
- ✓ A educação inclusiva não pode ser reduzida, ela tem que ser ampliada.

Principais encaminhamentos sugeridos pela convidada:

- ✓ Criação de comissão com representantes de doutores surdos para implementação do documento de referência da educação bilíngue de surdos no PNE;
- ✓ Avaliação das diretrizes nacionais da educação bilíngue de surdos para incluir pontos importantes no PNE;
- ✓ Que a CE assegure a presença do tema da educação bilíngue de surdos nesta discussão do PNE;
- ✓ Que seja incluída a perspectiva da equidade no PNE.

Arlindo Nobre, membro da Coalizão Brasileira pela Educação Inclusiva

Principais tópicos abordados pelo convidado:

- ✓ A Coalizão considera que a educação inclusiva deve ser para todos, o que é fundamentado na legislação vigente, como a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007, e o Estatuto da Pessoa com Deficiência;
- ✓ As normas contrárias à Convenção são inconstitucionais;
- ✓ Esta audiência pública sem legendas em Língua Portuguesa desrespeita o direito das pessoas surdas que não usam Libras, como pessoas surdas oralizadas;
- ✓ O aluno que escolhe o caminho da oralização deve ter seu direito respeitado;
- ✓ A educação inclusiva para todos não sai do papel porque faltam projetos pedagógicos para o surdo oralizado;
- ✓ É plenamente possível ao aluno se desenvolver dentro do sistema regular de ensino, com ganhos para todos;
- ✓ Somos totalmente contra a abertura de escolas especiais para pessoas com deficiências auditivas ou pessoas surdas, diante do modo como é conduzida tal questão, seja praticamente como vem ocorrendo, seja como se apresentou no



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador FLÁVIO ARNS

capítulo da LDB (art. 60-A). Não há projeto para o estudante surdo oralizado dentro dessa modalidade;

- ✓ A decisão de escolha da linguagem deve ser do surdo oralizado e de seus pais e deve haver políticas adequadas para o grupo. Hoje, só tem a oferta de Libras, em desrespeito a esse direito de escolha;
- ✓ Hoje, o MEC tem como política a oferta do caminho da Libras para todos.

Principais encaminhamentos sugeridos pelo convidado:

- ✓ Que seja assegurada pelo Poder Público metodologia de ensino apropriada para o ensino do aluno surdo oralizado, assegurando o seu direito de escolha.
- ✓ O Dr. Arlindo Nobre apresentou texto, que se encontra na página da reunião na internet.

Silvia de Souza Campos, representante de Federação Nacional das Associações Pestalozzi (Fenapestalozzi)

Principais tópicos abordados pela convidada:

- ✓ A Pestalozzi tem 182 filiais no Brasil, com uma média de 130 mil atendidos e, aproximadamente 3 milhões de atendimentos/ano;
- ✓ A equidade e o direito de escolha é um ponto essencial na discussão da educação especializada;
- ✓ É preciso avaliar se a educação de qualidade prevista na legislação está disponível para todos;
- ✓ Pontos fundamentais na discussão da política de educação especializada: 1) participação dos interessados (nada sobre nós, sem nós); 2) discussão com os profissionais; 3) pensar o acesso à educação infantil e nas demais etapas, com acessibilidade; 4) pensar a questão dos educandos não alfabetizados e na sua inclusão produtiva, pensando sobre a educação ao longo da vida;
- ✓ É preciso pensar no sujeito na interface das diversas políticas públicas;
- ✓ É preciso falar sobre o financiamento necessário para implementar o PNE.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLÁVIO ARNS

Fabiana Maria das Graças, representante da Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Fenapaes)

Principais tópicos abordados pela convidada:

- ✓ O Censo Escolar de 2021 aponta que há 1.327 escolas especiais da rede Apae e 827 unidades educacionais com atendimento educacional e especializado;
- ✓ Em vários estados, a Apae foi obrigada a transformar a escolas em centros de atendimento educacional especializado;
- ✓ O Censo Escolar não usa a nomenclatura escola especial;
- ✓ A Apae sempre acompanhou a legislação educacional nacional;
- ✓ A Apae tem criado a educação de jovens e adultos a partir da necessidade criada pelos estudantes que retornam das escolas comuns (inclusivas) depois dos 15 anos de idade;
- ✓ Nos últimos tempos a política das Apaes e suas diretrizes educacionais foi atualizada. A escola é especializada na resposta que dá ao educando;
- ✓ A entidade exige ser tratada com respeito e que também seja respeitado o direito das famílias;
- ✓ A escola especializada deve estar inserida nos sistemas de ensino e deve ser regularizada. É essa escola que defendemos;
- ✓ Defendemos a educação inclusiva com responsabilidade e sem imposição;
- ✓ Hoje podemos considerar a organização da rede Apae já caminhando para uma grande rede de apoio.